



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Dulce Lopes Neves;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador **António Manuel Jesus Ferreira dos Santos** esteve ausente, tendo sido substituído pela 5.ª candidata na lista do PSD, **Dr.ª Dulce Lopes Neves**, nos termos da justificação constante na ata da reunião ordinária do dia 21/01/2016.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 34, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 35, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2015
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2016
5. APROVAÇÃO DA ATA N.º 2, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2016

6. REQ. N. 104/15, DATADO DE 23/01/2015 – PC N.º 39/2015, DATADO DE 23/01/2015 – NELSON FERNANDO PEDROSA FAUSTINO
7. REQ. N. 1856/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 232/14, DATADO DE 30/06/2014 – PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.
8. REQ. N. 46/16, DATADO DE 12/01/2016 – PC N.º 373/15, DATADO DE 13/10/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO
9. REQ. N. 950/15, DATADO DE 10/07/2015 – PC N.º 234/15, DATADO DE 10/07/2015 – IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.
10. REQ. N. 78/16, DATADO DE 19/01/2016 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA
11. REQ. N. 95/16, DATADO DE 22/01/2016 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES
12. REQ. N. 683/15, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA
13. REQ. N. 2236/09, DATADO DE 24/08/2009 – PC N.º 726/02, DATADO DE 14/08/2002 – MARIA ADÉLIA MARQUES MOREIRA MARQUES
14. REQ. N. 14/16, DATADO DE 07/1/2016 – PC N.º 2/2016, DATADO DE 07/01/2016 – CARLOS DE FIGUEIREDO DINIS
15. E/9983/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
16. E/48/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
17. REQ. N. 1961/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A.
18. ALTERAÇÃO DE TOPÓNIMO DE ARRUAMENTO EM PICASSINOS
19. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015
20. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"MANUTENÇÃO DOS SÍTIOS DE INTERNET INSTITUCIONAL E DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, APLICAÇÕES WMCITIZEN E WMPARTICIPA, RESPECTIVAMENTE"* PARA O PERÍODO DE 1 ANO, RENOVÁVEL ATÉ AO LIMITE TOTAL DE 3 ANOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
23. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, ADESER II, IPSS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CLDS-3G MARINHA SOCIAL.
24. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Sport Império Marinhense – Decisão Final
25. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Associação Amigos do Comboio de Lata – Decisão Final
26. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO RODRIGUES LOBO
27. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – PVMG - PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL
28. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se e foi atendido o seguinte munícipe:

1 – Sr. Carlos Manuel Antunes de Oliveira Rosa, residente na Rua de Moçambique, n.º 38, Ordem, Marinha Grande, que referiu que anda uma pessoa a construir dentro do seu terreno e que já expôs a situação na Câmara. Fez um requerimento, tal como lhe foi indicado, e após várias tentativas conseguiu falar com o fiscal, que foi ao local. Na sequência dessa visita foram alteradas algumas coisas, mas continuaram com a construção, e agora veio a saber que têm licença para fazer um muro e um barracão. Foi-lhe dito que agora não é preciso licença, que basta comunicar o que se vai fazer. Tem tentado falar novamente com o fiscal mas continua a ser muito difícil encontrá-lo, daí que pretenda saber como é que a Câmara autoriza esta situação.

O **Sr. Presidente** respondeu, dizendo que na situação exposta há duas questões. Para a Rua Augusto Torneira, n.º 27, existem dois processos de obras isentas de licença: um para substituição de telhado e vigamento, que não necessita de licença, só comunicação, e outro para conservação do reboco da moradia e construção de um telheiro e muro entre extremas, que também não necessita de licença, só se confinasse com a via pública. O muro terá que obedecer às regras de construção e medidas legais. Os problemas entre confinantes têm que ser dirimidos entre os particulares, ou em Tribunal. Sobre os fiscais, informou que eles são funcionários da Câmara e têm um superior hierárquico que lhes dá as ordens de serviço. Aquilo que ele vai ver não é se o particular está ou não a construir um muro, mas sim se está a fazê-lo dentro das normas legais. Hoje falou com o fiscal, que ia ao local e depois lhe dará o feedback.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, o **Sr. Presidente** deu os parabéns à secretária da reunião, que neste dia completa mais um ano de vida, tendo sido acompanhado nesta felicitação por todo o executivo.

Seguidamente, o **Sr. Presidente** referiu-se ao Programa de Eficiência Municipal - PEM, aprovado no âmbito do PPI e do Orçamento Municipal, que já está a ser implementado, e

que visa fazer tudo aquilo que já se vem fazendo mas de forma mais eficiente, ouvindo os munícipes, para saber quais são as dificuldades de acesso aos serviços da Câmara, de modo a facilitar a sua ligação e acesso à autarquia, tornando a Câmara mais eficiente e eficaz. Pretende-se acompanhar os munícipes em termos de evolução tecnológica e transmitir também quais são as dificuldades da Câmara no cumprimento das propostas que lhe chegam.

Convidou todos a estarem presentes na apresentação pública do PEM, a realizar no próximo dia 11 de fevereiro, às 21:00 horas, no auditório do edifício da Resinagem, e a contribuir para o enriquecimento deste Programa. Há uma comissão de coordenação, liderada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, sob orientação do Presidente da Câmara.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que gostaria de saber mais sobre o PEM, porque não conhece, mas que lhe parece bem.
- ⇒ Felicitou o investigador marinhense João Calmeiro, da Universidade de Coimbra, que foi distinguido pela Fundação Gulbenkian pelo trabalho que está a desenvolver sobre uma importante proteína que poderá ser utilizada como ferramenta contra a cegueira causada por degeneração da retina, uma patologia que afeta mundialmente mais de 15 milhões de pessoas. A distinção foi a atribuição de uma bolsa de estímulo à investigação, no valor de 12.500 euros.
- ⇒ Sobre Vieira de Leiria: quem vai na Rua Pires de Campos para seguir para o Barqueiro, para o Casal d'Anja ou para a Passagem, ao cortar na Rua da Fonte da Elvira continua na Rua da Areia Vermelha. Estas duas ruas têm saneamento, pelo menos até à Rua da Serrada. A Rua da Fonte da Elvira está alcatroada e tem passeios. A continuação desta rua é a Rua da Areia Vermelha, que embora tenha saneamento não está alcatroada até determinado momento, pois a partir do cruzamento com a Rua da Serrada já está também alcatroada. São pouco mais duma centena de metros, que está cheia de buracos, com poças de água, como mostram as fotos que exibiu, e no verão naturalmente é uma poeira. Para além disso, os tubos de saneamento na pequena ponte que existe estão à vista e algumas destas tampas de saneamento, quando chove, entopem e deitam para fora, deixando um cheiro insuportável. Os munícipes que por ali passam queixam-se da rudeza do caminho existente (e não rua), e não se compreende porque é que na continuação das ruas se preparou o saneamento e depois se deixou ficar aqueles metros por alcatroar.

Os munícipes já apresentaram um abaixo-assinado na Junta de Freguesia, em 5 de dezembro de 2014. A Junta informou que o enviou para a Câmara, mas até agora não obtiveram qualquer resposta.

É lamentável esta situação e urge que seja resolvida muito rapidamente. Pretende ser informado sobre o ponto de situação.

⇒ Sobre o Rio Lis: ao passar pela freguesia da Vieira, gostaria de saber como está a previsão das obras de desassoreamento do Rio Lis, bem como das obras do parque de caravanas na foz do rio, na Praia da Vieira.

⇒ Rua do Repouso – que vai de Casal Galego para o Casal dos Claros e passa em frente a cemitério.

Referiu que tem sido abordado por muitos munícipes que relatam o estado calamitoso em que se encontra aquele troço da rua. Dizem que a Câmara da Marinha os mal trata, os humilha e os despreza. Estão revoltados e indignados, pois danificam as suas viaturas. A última comunicação dum munícipe dizia: *“passo diariamente por este caminho e as jantes, os pneus e a suspensão do meu carro são regularmente substituídos tantos são os buracos que não consigo evitar ao passar pela Rua do Repouso. Até pouco depois do cruzamento que vai da Amieira para a Garcia, está uma estrada boa, com ciclovia. Depois e até ao limite do concelho é pior que um caminho de cabras. Se até agora estava agastado cada vez que ali passo, agora, como marinhense sinto-me envergonhado, pois do lado do Casal dos Claros, a Câmara de Leiria melhorou a estrada. Agora temos dum lado e do outro uma estrada decente, mas deixaram aquelas centenas de metros do lado da Marinha numa miséria. Pago os meus impostos como qualquer outro cidadão, acho que mereço que me tratem da mesma forma”*.

É sabido que existe projeto elaborado para a Rua do Repouso. A Câmara tem vários milhões de euros depositados no banco.

A questão é: qual a razão para não se terminar urgentemente a Rua do Repouso?

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Relativamente à comunicação do Sr. Presidente sobre a eficiência municipal acha bem, e que o programa seja liderado pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, mas pretende saber o que está feito e o que se vai fazer, para não se tornar apenas numa manobra de propaganda política. A eficiência municipal é importante, mas há mecanismos que têm que ser seguidos e isso vai originar grandes mudanças ao nível do funcionamento da Câmara. Também pretende saber mais pormenores porque considera que as sessões públicas têm pouco impacto em termos funcionais.

⇒ Chegou ao seu conhecimento um pedido da Escola Padre Franklim, em Vieira de Leiria, que pretende que a Câmara lhes ceda alguns materiais alusivos ao 25 de abril, para poderem fazer uma exposição nessa data.

⇒ Apoios aos clubes desportivos – na altura foi aprovada a concessão de apoios aos clubes e associações. Após a decisão foi de férias, quando regressou a Chefe da Divisão também estava de férias, e encontravam-se presentes os protocolos para serem assinados com as coletividades. Não concordou com eles e não assinou nenhum. Entretanto o compromisso da CDU com o PS terminou, os Vereadores foram embora e os protocolos ficaram.

Já aqui falou por mais de uma vez dos protocolos e tem-se disponibilizado, e disponibiliza-se uma vez mais, para colaborar, mas considera que estes protocolos não têm pés nem cabeça, não fazem sentido e não têm nada a ver com regulamentos. Não são obrigações legais e alguns dos clubes, devido às famigeradas percentagens, vão ter que devolver dinheiro à Câmara. Os diplomas que se aplicam às atividades desportivas não se podem aplicar a outras actividades, mas o que está a acontecer é que estão a ser aplicados a todos.

De seguida leu o art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, para demonstrar o que acaba de dizer, ou seja, as percentagens não são obrigatórias mas sim opcionais. Considera que nesta situação há alguns setores da Câmara com interpretações abusivas e alguma prepotência, e que vai haver problemas com algumas associações no que respeita à devolução de dinheiro.

Por outro lado verifica que as associações sociais não têm este problema. Porquê? Porquê esta ditadura legislativa de quem nem formação jurídica tem?

Colocou-se novamente à disposição da Sr.ª Vereadora para a ajudar nesta situação, porque considera que há aqui uma ditadura de alguém que não compreende nem entende as associações.

- ⇒ Agradeceu a resolução do problema das árvores da estrada do Camarnal/Fonte Santa, mas chamou a atenção de outra situação idêntica, embora não seja tão perigosa, num outro terreno no mesmo local.
- ⇒ Alertou para a situação das povoações da Pedra e Fonte Santa na revisão do PDM, e disse que gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre esta matéria. Não se pode esquecer que há ali duas povoações, que não podem ser aniquiladas por decreto. Disse que não fala só por lá viver mas por todas as pessoas que habitam naqueles lugares.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que comunga de algumas das preocupações dos Srs. Vereadores que a antecederam.
- ⇒ Deu os parabéns ao jovem investigador marinhense, pelo trabalho que está a desenvolver no estudo da cegueira, dizendo que é um orgulho para a Marinha Grande.
- ⇒ Referiu que é de aplaudir o Programa de Eficiência Municipal e que gostaria de obter mais informações. Pretende saber o que já foi feito, o que se vai fazer, quem compõe a comissão de acompanhamento e quais os critérios que estiveram na base da sua escolha.
- ⇒ Referiu ainda que quer refutar a atribuição ao PCP dos atos de vandalismo na sede do PSD. Sobre este assunto informou que recebeu um telefonema da Deputada Margarida Balseiro que lhe disse que não se queria dirigir a ninguém do PCP.
- ⇒ Perguntou se a realização do Pinhal das Artes está definitivamente posta de lado e quais as démarches encetadas para que o evento não fugisse do concelho.

- ⇒ Qual a situação das rendas da loja social: há rendas em atraso?
- ⇒ Qual o ponto de situação da revisão das taxas e licenças?
- ⇒ Disse que comunga das preocupações do Sr. Vereador Vítor Pereira sobre a Fonte Santa e a Pedra e deixou o alerta para que se encontre uma solução.
- ⇒ Quando o Dr. Miguel Crespo veio à reunião explicar os processos que se encontram em contencioso não se recorda de ter ouvido falar de um processo de 5 milhões de euros, relativamente ao qual pensa que haverá um julgamento marcado para o final deste mês de fevereiro. Pretende que o Sr. Presidente informe se esta situação é real ou não e se há algum processo em curso em que esteja em causa um valor desta dimensão.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que na sua intervenção vai falar sobre o melhoramento das organizações em abstrato e em concreto na CMMG.
A grande preocupação dos Vereadores tem sido dar palco aos constrangimentos dos municípios. Há muita coisa para resolver e é preciso refletir sobre elas e porque é que acontecem.
A primeira conclusão, talvez precipitada, era que quem está a liderar o executivo não tem capacidade, mas olhando para trás verifica-se que isto já vem de longe. A primeira das razões é porque há um permanente descontentamento das pessoas. Mas o problema é mais profundo. É importante quando aqui aponta problemas específicos, mas há que encontrar soluções para minimizar estes problemas. E isso não é tarefa de um homem só, é tarefa para todos. Tem que se criar um modelo, que passa por abrir a Câmara à população, mas de forma ordenada e com regras. Para isso tem que haver o envolvimento da população.
Assim, primeiro tem que haver um modelo. Depois, vontade política para implementar este modelo, deixando para segundo plano as bandeiras políticas. E a seguir tem que haver um programa. Temos os Documentos Previsionais, onde constam as ferramentas para poder começar esta grande tarefa, nomeadamente a modernização administrativa. Já está em marcha, desde que se começou a rediscutir o Orçamento.
Estes programas têm fragilidades, primeiramente as humanas. Depois a falta de cultura do diálogo e da experiência.
Constrangimentos do Município:
 - 1.º - a capacidade instalada com os recursos próprios;
 - 2.º - a necessidade de resolver os assuntos rapidamente e com diplomacia;
 - 3.º - a legislação demasiado pesada.

É fundamental ter ao lado a participação dos funcionários da Câmara e também dos municípios.

A terminar a sua intervenção, lembrou o convite feito pelo Sr. Presidente para a apresentação pública do PEM e pediu a todos que compareçam. Os desafios são muitos e é preciso implementar para ser eficaz.
Referiu ainda que os Srs. Vereadores também se devem envolver ativamente, pois têm o seu espaço.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira abordou os seguintes assuntos:

⇒ Agradeceu a colaboração do Sr. Vereador Vítor Pereira e referiu que como veio em setembro "herdou" estes processos já com as deliberações tomadas na reunião de Câmara de junho. Tudo tentou para resolver os problemas dos apoios já atribuídos. Há dois apoios que vêm hoje à reunião. Já houve uma reunião com as associações para que elas percebam a forma da sua candidatura, para que depois não haja constrangimentos. Tomou boa nota das observações do Sr. Vereador sobre o diploma legal, e tanto quanto julga saber não haverá mais associações a devolver os apoios.

Seguidamente explicou que o declinar do apoio por parte do Comboio de Lata se deveu ao facto de não terem realizado a atividade.

Sobre o SOM informou que já falou como seu Presidente e já clarificou com ele a situação sobre os documentos a entregar.

⇒ Iniciativas para fevereiro:

- Amanhã, das 09:30h às 11:30h, no Parque da Cerca, o tradicional desfile de carnaval, que já vem desde 1987, em que a participação das escolas é fundamental.
- Comemoração dos 25 anos da convenção dos direitos das crianças. Vai haver uma reunião a 2 de março, com as atividades que se irão realizar, no sentido do despertar para o cumprimento dos direitos das crianças.
- Convite para a caminhada da Associação da Comeira, a realizar no próximo domingo, às 10:00 horas, pelo coração e pela igualdade do género.
- Iniciativa "Dia da Saúde Aberto à População", no dia 23 de fevereiro, das 09:30h às 17:00h, no âmbito do segundo aniversário da Unidade de Cuidados na Comunidade da Marinha Grande. Decorrerão algumas iniciativas ligadas à saúde, gratuitas, pelo que convidou todos a estarem presentes e a apoiar esta unidade.
- Espetáculos na Casa da Cultura: deixou o convite à participação nos dois espetáculos com Rita Guerra, no cinema e nos espetáculos para bebés.

O Sr. Presidente agradeceu as questões colocadas e respondeu o seguinte:

⇒ Plano de Eficiência Municipal – quando os Documentos Previsionais para 2016 foram aprovados este programa estava lá, e a sua função, enquanto Presidente, é dar cumprimento aos documentos aprovados. Este plano não surge do nada. Já houve reuniões e algumas ações, designadamente reuniões com os dirigentes e os técnicos

superiores da CMMG, porque para o sucesso deste objetivo é importante ganhá-los para esta causa.

Na sessão pública o programa será apresentado de forma mais pormenorizada.

A comissão coordenadora é composta pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, que coordena, por um membro do GAP e por dois cidadãos interessados, com currículo e que foram escolhidos por si: o Eng.^o Curto Ribeiro e o jovem Dr. Carlos Caetano, cujos envolvimento na sociedade civil são sobejamente conhecidos. Esta comissão está sob a sua direta orientação e responsabilidade e transmitem-lhe todos os resultados das reuniões que realizam. Ele e a Sr.^a Vereadora estão com muito entusiasmo neste programa, que é um convite à cidadania e permite transmitir aos cidadãos que nem tudo é possível. É um programa muito aberto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou qual o vínculo que essas duas pessoas têm à Câmara e quais os critérios para a sua escolha, pois tem dúvidas em relação às suas competências, uma vez que se está a tratar de eficiência municipal.

O **Sr. Presidente** informou que não têm nenhum vínculo e que a escolha é uma competência sua e foi feita pelas provas dadas na sociedade. Este grupo coordenador não vai fazer propostas mas sim coordenar as propostas que chegam.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que é necessário divulgar o programa à população.

O **Sr. Presidente** disse que o programa já foi divulgado à imprensa e que não necessita de deliberação da Câmara.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** mostrou a sua indignação, referindo que a imprensa soube antes dos Vereadores.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** também pediu a palavra, referindo que há questões que têm que ser postas, pois nenhuma das pessoas indicadas tem conhecimentos ou formação académica em termos de gestão organizacional. Aceita, nesta situação como noutras, que o Presidente tem matérias que são da sua competência e tem que as assumir. No entanto, e tendo em conta a importância da matéria, não pode estranhar a composição política da comissão.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** voltou a convidar os colegas Vereadores a participarem ativamente. Informou que aquilo que está a ser feito é o desenhar do programa, para que se possa fazer a apresentação pública. Nesta, a última parte é a colocação de questões. O envolvimento de todos os Vereadores foi feito em primeiro lugar e a seu tempo, em sede de discussão do Orçamento Municipal. Depois, todos os outros passos foram dados de forma a dar eficácia a este programa municipal.

Após estas intervenções, o Sr. Presidente prosseguiu a sua intervenção respondendo às seguintes questões:

- ⇒ Vieira de Leiria – trata-se de um troço de agro-florestal, e o que lá passa é o colector que traz o saneamento da Zona Industrial. Aquele caminho necessita de ser melhorado enquanto caminho e não como estrada, e até já falou sobre isso com o Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria. O caminho pode ser melhorado, conhece bem a situação porque na altura, enquanto Presidente da Junta, negociou com os proprietários os direitos de passagem, uma vez que o terreno é de particulares. O arranjo vai ser providenciado.
- ⇒ Informou que na segunda-feira teve uma reunião na CIMRL, em Leiria, com o Secretário de Estado do Ambiente, e foi assumido pelo Município da Marinha Grande e também pelo de Pombal de que não havia verticalização do serviço de águas. Não há privatização das águas, o sistema é nosso. Na ocasião explicou ao Secretário de Estado a péssima experiência com o saneamento em alta.
- ⇒ Relativamente ao Rio Lis foi falado o desassoreamento do leito do rio, que não tem caudal suficiente em termos de cheia. O Secretário de Estado foi sensibilizado para o facto de a Marinha Grande ter uma praia em que o rio desagua e para a necessidade de ter atenção à calendarização das obras e também à sua fiscalização, porque é a Marinha Grande que tem que limpar todo o lixo (nomeadamente canas) e levá-lo para aterro.
Também lhe falou sobre a necessidade urgente de avançar com a ETAR das suiniculturas em Amor, porque o nosso concelho é prejudicado por isso, não podendo candidatar as suas praias porque há factores que nós não controlamos. Assim como as espumas do emissário da Leirosa, para o qual também pediu atenção ao Secretário de Estado.
- ⇒ Parque de caravanas – a obra começou, o empreiteiro foi à falência, redefiniu-se o projeto e lançou-se um procedimento, apresentado pela APA. Este concurso teve uma impugnação judicial e entretanto terminaram os fundos comunitários. A obra está parada, mas na sequência de uma reunião com a Dr.^a Isabel Damasceno, da CCDRC, está-se a ver onde é que se poderá enquadrar uma candidatura para conclusão destes trabalhos, que ainda envolvem um valor de mais de trezentos mil euros.
Esclareceu que o nome é estuarino, porque é a valorização ambiental do local, e não parque das caravanas, uma vez que é um parque transitório das autocaravanas e não um local para estacionarem, porque para esse fim existe um parque de campismo quase ao lado.
- ⇒ Rua do Repouso – tem consigo o projeto, já falou com o Presidente da Junta de Freguesia de Amor e pediu à Chefe da DOT para, em conjunto com o técnico envolvido nas negociações, terem uma reunião com ele, porque grande parte dos proprietários são da freguesia de Amor.

Seguiu-se uma troca de palavras entre o **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, relativa às negociações dos terrenos a ceder e das contrapartidas exigidas,

referindo o Sr. Presidente o exemplo da Rua das Andorinhas e chamando a atenção para o facto de os dinheiros públicos serem de todos e deverem ser bem geridos.

Continuou a responder:

- ⇒ PDM Pedra/Fonte Santa – a revisão está em curso, têm que ser auscultadas todas as entidades, e parece-lhe que não há nenhuma questão extra legal. Como o documento vai ser posto a discussão pública, é mais uma forma de motivar a participação de todos, no sentido de ver o que é melhor para toda a comunidade. Tomou nota da observação do Sr. Vereador Vítor Pereira e vai transmiti-la.
- ⇒ Pinhal das Artes – tem estado em contacto com a Presidente da SAMP. Ficou decidido com o Secretário de Estado que a SAMP se reunisse com as entidades regionais e locais, e ele, enquanto Presidente da CMMG, manifestou toda a sua disponibilidade para que o evento se realize.
- ⇒ Rendas da loja social – não sabe se há rendas em atraso, mas sabe que houve alteração da titularidade do prédio. Vai ver.
- ⇒ Taxas e licenças – o GAM e a DOT já estão a trabalhar no regulamento e também já foram pedidos orçamentos para o estudo económico, que é necessário.
- ⇒ Contencioso com a CMMG – vai ver, porque se trata de um processo muito antigo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:20 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 34, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2015

51 - Presente a ata n.º 34, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de dezembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 35, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2015

52 - Presente a ata n.º 35, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de dezembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2016

53 - Presente a ata n.º 1, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de janeiro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 2, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2016

54 - Presente a ata n.º 2, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de janeiro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 104/15, DATADO DE 23/01/2015 – PC N.º 39/2015, DATADO DE 23/01/2015 – NELSON FERNANDO PEDROSA FAUSTINO

55 - Presente pedido com o registo n.º 104/15, datado de 23/01/2015 relativo a pedido de viabilidade de instalação de um bar de apoio num espaço destinado a salão de jogos, na fração “B” do edifício sito na Rua da Maré Alta, n.º 4, Praia da Vieira, no prédio registado

na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 243 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3647, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por NELSON FERNANDO PEDROSA FAUSTINO, com o NIF 206017189, residente na Rua do Mar, n.º 11, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 30/01/2016, que informa quais os procedimentos a seguir para a prossecução do pretendido pelo requerente.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Informar, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, ser viável a instalação de um bar de apoio num espaço destinado a salão de jogos, na fracção “B” do edifício sito na rua da Maré Alta, n.º 4, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 243 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3647, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por NELSON FERNANDO PEDROSA FAUSTINO, com o NIF 206017189, residente na Rua do Mar, n.º 11, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1.- A análise da situação não pode separar-se da dimensão do negócio da secção de café. Se nessa secção acessória (ao negócio principal) apenas forem fornecidos serviços de cafetaria rudimentares e pouco elaborados, e a faturação for marginal relativamente ao negócio principal, não se pode concluir que se trata da exploração de um estabelecimento de restauração ou de bebidas abrangido pelo Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, como disposto na alínea q) do seu artigo 1.º.**
- 2.- Nestes termos, os pequenos negócios marginais explorados nestas condições estão desobrigados dos procedimentos deste diploma, embora estejam obrigados ao cumprimento de todas as disposições constantes do Regulamento (CE) N.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004, que estabelece as regras gerais destinadas aos operadores das empresas do sector alimentar no que se refere à higiene dos géneros alimentícios.**
- 3.- No entanto, caso se verifique a preponderância da atividade de estabelecimento de bebidas, nomeadamente face à respetiva faturação, a sua instalação deve obedecer às normas constantes no referido diploma, devendo observar os requisitos específicos constantes dos seus artigos 124 a 135, para o que deverá proceder à execução das obras no seu interior necessárias à sua satisfação, nomeadamente ao nível da criação de instalações sanitárias separadas por sexo destinadas aos clientes, assim como as que decorram da necessidade de dotar o espaço das condições necessárias ao novo uso.**
- 4.- Neste caso, deverá igualmente proceder-se à alteração da autorização de utilização, de modo a contemplar o uso de “estabelecimento de bebidas”, para o que será necessário proceder ao respetivo pedido, nos termos do disposto no artigo 63º e seguintes do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1856/15, DATADO DE 10/12/2015 – PC N.º 232/14, DATADO DE 30/06/2014 –
PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.**

56 - Presente pedido com o registo n.º 1856/15, datado de 10/12/2015 relativo a **alteração e ampliação a efetuar em obra a uma unidade industrial**, sita na Rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10271, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por **PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.**, com o NIPC 506 028 909, com sede na Rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujas obras se encontram tituladas pelo Alvará de Obras de Alteração e Ampliação n.º 94/14, emitido a 12 de novembro de 2014 e válido até 11 de novembro de 2017;

Presente informação técnica, datada de 27/01/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura das alterações apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alteração e ampliação a efetuar em obra a uma unidade industrial, sita na Rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10271, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por **PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.**, com o NIPC 506 028 909, com sede na Rua da Cerca, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujas obras se encontram tituladas pelo Alvará de Obras de Alteração e Ampliação n.º 94/14, emitido a 12 de novembro de 2014 e válido até 11 de novembro de 2017, com o seguinte condicionalismo:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 46/16, DATADO DE 12/01/2016 – PC N.º 373/15, DATADO DE 13/10/2015 –
MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO**

57 - Presente requerimento n.º 46/16, datado de 2016/01/12, constante do processo camarário n.º 373/15, subscrito por **MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO**, com o NIF 244501440 e residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, e por **ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIÉS**, com o NIF 244501882 e residência na 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um Anexo”**, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/11/12. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/01/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um Anexo”**, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838, com o número de processo 373/15, com data de entrada em 2016/01/12, apresentado por **MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO**, com o NIF 244501440 e residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, e por **ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIÉS**, com o NIF 244501882 e residência na 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 950/15, DATADO DE 10/07/2015 – PC N.º 234/15, DATADO DE 10/07/2015 – IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.

58 - Presente pedido n.º 950/15, datado de 10/07/2015, apresentado por **IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A.**, com o NIPC 503216011, com sede na Rua Virgílio Correia, n.º 41, 2.º E, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Lisboa, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 234/15, com data de entrada de 10/07/2015, para a construção de um anexo ao Centro de Inspeção Automóvel, destinado à instalação de uma área de inspeção de veículos de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

categoria L, a erigir na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 514, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.110 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.620, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada a 13/08/2015, na qual se deliberou notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, por violar o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 7º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM);

Presente informação técnica datada de 25/01/2016 que atesta não ter o requerente apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia face à proposta de indeferimento formulada sobre o seu pedido, mantendo-se as razões de facto e de direito que fundamentam o seu indeferimento;

A Câmara Municipal delibera:

INDEFERIR, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido apresentado por IMOBILIÁRIA F.T.P., S.A., com o NIPC 503216011, com sede na Rua Virgílio Correia, n.º 41, 2º E, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Lisboa, referente à construção de um anexo ao Centro de Inspeção Automóvel, destinado à instalação de uma área de inspeção de veículos de categoria L, a erigir na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 514, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.110 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.620, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 7º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), que refere deverem observar-se na área industrial da Marinha Grande os afastamentos laterais, frontais e posteriores respetivamente de 3, 5 e 10 m e a construção proposta apresentar uma implantação encostada às extremas lateral e posterior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 78/16, DATADO DE 19/01/2016 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA

59 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 78/16, datado de 19/01/2016, subscrito por JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA, com o NIPC 500556660, com morada em Rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização de

construção de garagem e anexo, licenciadas no âmbito do processo n.º 212/15 e tituladas pelo alvará de obras de legalização n.º 3/16, emitido em 11/01/2016.

Presente parecer técnico datado de 20/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Flores, n.º 5, lugar de Brejo D'Água, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA, com o NIPC 500556660, com morada em Rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 95/16, DATADO DE 22/01/2016 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES

60 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 95/16, datado de 22/01/2016, subscrito por **PAULO JORGE ALVES PIRES**, com o NIF 114069247, com morada em Rua dos Fundadores, n.º 8, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização de obras de ampliação e alteração, licenciadas no âmbito do processo n.º 431/11 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 70/15, emitido em 13/11/2015.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Presente parecer técnico datado de 27/01/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Fundadores, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PAULO JORGE ALVES PIRES, com o NIF 114069247, com morada em Rua dos Fundadores, n.º 8, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 683/15, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA

61 - Presente processo de legalização de alterações a um estabelecimento, com o registo n.º 683/14, datado de 12/05/2014, realizadas no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 81/13, com data de entrada de 01/04/2013, apresentado por **DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA**, com o NIF 206514751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, aprovado em reunião de Câmara de 05/06/2014;

Presente informação técnica datada de 27/01/2016, reportando que se encontram reunidas as condições, impostas por lei, para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 27/01/2016, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e:

- 1- Considerando que o interessado, DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA, com o NIF 206514751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, representado pelo seu procurador, ABEL CARREIRA TIMÓTEO LOPES, com o NIF 178786705, foi notificado pelo ofício n.º 624/14, de 09/06/2014, rececionado por este a 01/07/2014, da deliberação final tomada em reunião de Câmara de 05/06/2014, que aprovou o pedido relativo à legalização do edifício destinado a comércio, sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de legalização, ou seja, até 02/07/2015, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do RJUE;
- 3- Considerando que o interessado não pediu a prorrogação do prazo conferido, possibilidade prevista nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º do RJUE;
- 4- Considerando que o interessado tinha até ao dia 02/07/2015 para requerer a emissão do respetivo alvará e não o fez;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, de acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data encontram-se reunidas as condições, impostas por lei, para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 81/13, para legalização de alterações a um estabelecimento, com o registo n.º 683/14, datado de 12/05/2014, realizadas no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, DELIBERA, ao abrigo do n.º 2 e n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 121.º e 122.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA, com o NIF 206514751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande para se pronunciar por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, em sede de audiência prévia, sobre o projeto de caducidade da licença referente ao processo de legalização de alterações a um estabelecimento, com o n.º 81/13, datado de 01/04/2013, realizadas no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Mais delibera informar que, tratando-se de um processo de legalização, a declaração de caducidade da presente licença, caso se processe, implicará na obrigação por parte do Município, a adotar as medidas adequadas de tutela e restauração da legalidade urbanística, nos termos do disposto nos artigos 102º e seguintes do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 2236/09, DATADO DE 24/08/2009 – PC N.º 726/02, DATADO DE 14/08/2002 – MARIA ADÉLIA MARQUES MOREIRA MARQUES

62 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento de alterações em edifício destinado a instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 726/02, registado em 14/08/2002, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cais, n.º 31A, Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.721, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por MARIA ADÉLIA MARQUES MOREIRA MARQUES, com o NIF 124333788, com residência na Rua do Cais, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande

Presente informação dos serviços, datada de 29/01/2016, sobre o decurso do prazo para apresentação de elementos em falta

A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:

1 - Mediante o nosso ofício n.º 497/09, de 31/03, rececionado em 08/04/2009, a requerente foi notificada para, no prazo de 30 dias, apresentar o projeto de arquitetura e respeitante às alterações ao edifício, executadas ilegalmente, projeto de segurança contra risco de incêndio, bem como para prestar esclarecimentos face às discrepâncias entre a área registada na conservatória do registo predial e os limites da propriedade;

2 - Através do requerimento n.º 2236, de 24/08/20089, a requerente veio solicitar a prorrogação do prazo para resposta à notificação promovida, tendo o pedido sido deferido, por um período de 30 dias, conforme despacho do então vereador do pelouro do urbanismo, datado de 04/09/2009 e comunicado à requerente através do nosso ofício n.º 1472/0, de 11/09/2009, rececionado em 23/09/2009;

3 – Até ao momento, não foi apresentado qualquer elemento adicional;

4 – Estão reunidas as condições para que a Câmara declare deserto o procedimento respeitante ao pedido de licenciamento de alterações em edifício destinado a instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 726/02, registado em 14/08/2002, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cais, n.º 31A, Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.721, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por MARIA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

ADÉLIA MARQUES MOREIRA MARQUES, com o NIF 124333788, com residência na Rua do Cais, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto artigo 132.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo por se verificar que o mesmo se encontra parado há mais de seis meses por causa imputável ao interessado;

Delibera, ao abrigo do disposto no artigo 121.º e 122.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, NOTIFICAR a requerente para, em sede de AUDIENCIA PRÉVIA, no prazo de 10 dias úteis, dizer o que se lhe oferecer sobre a intenção da Câmara declarar deserto o procedimento e mandar arquivar o respetivo processo camarário, respeitante ao pedido de licenciamento de alterações em edifício destinado a instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 726/02, registado em 14/08/2002, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cais, n.º 31A, Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.721, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por MARIA ADÉLIA MARQUES MOREIRA MARQUES, com o NIF 124333788, com residência na Rua do Cais, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, por se verificar que o mesmo se encontra parado há mais de seis meses por causa imputável ao interessado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 14/16, DATADO DE 07/1/2016 – PC N.º 2/2016, DATADO DE 07/01/2016 – CARLOS DE FIGUEIREDO DINIS

63 - Presente requerimento n.º 14/16, datado de 2016//01/07, constante do processo camarário n.º 2/2016, apresentado por **CARLOS DE FIGUEIREDO DINIS**, com o NIF 101398530, com residência na Rua da Sede, n.º 2, na localidade de Ranhados, Viseu, a solicitar a **emissão de certidão** comprovativa em como o edifício de habitação coletiva, sito na Rua da Foz n.º 44 e n.º 46, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.114 e omisso na matriz predial urbana, para o qual foram emitidos o alvará de licença de obras de alteração n.º 44/12, em 2012/04/18, o alvará de licença de legalização n.º 22/15, em 2015/04/13, bem como o alvará de autorização de utilização n.º 64/15, datado de 2015/10/02, reúne os requisitos para o edifício poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/01/15, propondo, assente no n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido de emissão de certidão comprovativa em como o edifício de habitação sito na Rua da Foz n.º 44 e n.º 46, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.114 e omisso na matriz predial urbana, para o qual foram emitidos o alvará de licença de obras de alteração n.º 44/12, em 2012/04/18, o alvará de licença de legalização n.º 22/15, em 2015/04/13, bem como o alvará de autorização de utilização n.º 64/15, em 2015/10/02, apresentado por CARLOS DE FIGUEIREDO DINIS, com o NIF 101398530, com residência na Rua da Sede, n.º 2, na localidade de Ranhados, Viseu, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR e MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa de que o edifício, tal como foi licenciado, reúne os requisitos para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - E/9983/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

64 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9983/2015, datado de 17/11/2015, respeitante ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em 1,50 metros de betuminoso e 4,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Travessa de Santa Filomena, n.º 7, Rua Álvaro Cunhal, n.º 22 freguesia e concelho de Marinha Grande e na Rua dos Carrasqueiros, n.º 13, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datados de 25/11/2015 e de 14/01/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública em 1,50 metros de betuminoso e 4,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Travessa de Santa Filomena, n.º 7, Rua Álvaro Cunhal, n.º 22 freguesia e concelho de Marinha Grande e na Rua dos Carrasqueiros, n.º 13, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, para abertura de vala, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/48/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

65 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/48/2016, datado de 04/01/2016, relativo ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em 2,50 metros de betuminoso e 3,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75 (Guarda Nova), Rua da Esperança, n.º 6 (Casal Galego) freguesia e concelho de Marinha Grande e no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 14-20, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/01/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnicos que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 – Emitir parecer desfavorável ao pedido de ocupação da via pública em 1,00 metro de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 75 (Guarda Nova), freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude deste arruamento ter sido pavimentado no passado mês de dezembro no âmbito da empreitada “Conservação e Reabilitação de Pavimentos em Diversos Arruamentos do Concelho – Ad 25/15”, devendo ser adotada uma solução alternativa;

2 - Emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública em 1,50 metros de betuminoso e 3,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Esperança, n.º 6 (Casal Galego), freguesia e concelho de Marinha Grande e no Largo dos

Combatentes da Grande Guerra, n.º 14-20, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, para abertura de vala, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável;**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1961/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A.

66 - Presente requerimento apresentado por **BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A.**, com o NIPC 506983960, com sede no Edifício Pinus Park, Estrada de Leiria, n.º 212, 2.º, andar, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 892/05, referente à construção de um edifício destinado à instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, com o n.º 892/05, no prédio sito na Rua David Mourão Ferreira, lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que solicita a prorrogação do prazo para levantamento do respetivo alvará de licença, em virtude do financiamento do referido projeto encontrar-se em fase de análise por parte da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Considerando que:

- **BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A.**, é titular do processo de licenciamento com o n.º 892/05, referente à construção de um edifício destinado à instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, num prédio sito na rua David Mourão Ferreira, lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- A sociedade em causa solicitou a 17-03-2015, através do requerimento n.º 347/15, a emissão do alvará de licença da referida operação urbanística, tendo o mesmo, nessa sequência, sido emitido, sem que a interessada procedesse ao seu levantamento.
- Através do requerimento n.º 1961/15, datado de 28-12-2015, a requerente solicitou a concessão do prolongamento do prazo para efetuar o seu levantamento, invocando, para o efeito, que o financiamento do projeto de construção da aludida unidade médica se encontra em fase de análise por parte da Caixa Geral de Depósitos, S.A, facto comprovado por declaração desse mesmo banco, emitida em 22-12-2015, que a interessada anexou ao seu pedido;

A Câmara Municipal apreciou o pedido e, ciente das dificuldades na obtenção de financiamento por parte dos bancos, delibera, face à importância do projeto para o concelho - como já foi realçado em anteriores deliberações - conceder a BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A., com o NIPC 506983960, com sede no Edifício Pinus Park, Estrada de Leiria, n.º 212, 2.º andar, freguesia e concelho da Marinha Grande, um prazo de 90 dias para proceder ao levantamento do alvará de licença n.º 58/15, referente à construção de uma unidade médica, sita na rua David Mourão Ferreira, lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinada a cuidados paliativos e continuados, bem como ao pagamento da compensação devida de 30.900,54 € (trinta mil novecentos euros e cinquenta e quatro cêntimos), correspondente à compensação devida pela não cedência de 870,8 m² para espaços verdes e de utilização coletiva e 777,5 m² destinados à instalação de equipamento de utilização coletiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - ALTERAÇÃO DE TOPÓNIMO DE ARRUAMENTO EM PICASSINOS

67 - Presente informação da DOT – DG/04/2016, com proposta, por parte de comissão constituída por elementos da Confraria da Sopa do Vidreiro conjuntamente com o Rotary Clube da Marinha Grande e munícipes de Picassinos, sob o registo de entrada E/758/2016 datado de 20-01-2016, para alteração de topónimo ao arruamento constante na planta de localização que se dá por reproduzida e se anexa à presente acta:

1- **Rua Fernando Pedro** (Picassinos) – antiga Rua da Ponte – início no Largo Sociedade e término na Rua Augusto Costa;

A Câmara, no uso da competência prevista na alínea ss) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera, concordando com a proposta apresentada pela comissão formada por elementos da Confraria da Sopa do Vidreiro conjuntamente com o Rotary Clube da Marinha Grande e munícipes de Picassinos, alterar o seguinte topónimo de arruamento, constante da planta de localização que se dá por reproduzida e se anexa à presente ata (Anexo 1):

1 - **Rua Fernando Pedro** (Picassinos) – antiga Rua da Ponte – início no Largo Sociedade e término na Rua Augusto Costa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A propósito desta atribuição o **Sr. Vereador Vítor Pereira** saudou a celeridade nesta atribuição, mas chamou a atenção para outros nomes que ainda não foram atribuídos.

O **Sr. Presidente** disse que há denominações já deliberadas pela Câmara que aguardam um arruamento.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que esta homenagem é mais do que justa, e lembrou a memória do Sr. Fernando Pedro, lendo o seguinte texto, que publicou em fevereiro de 2012, aquando do seu falecimento:

“Amigo para sempre

Sr. Fernando Pedro só agora entendi porque nunca o tratei apenas pelo nome, apesar de inúmeras vezes me ter corrigido, na verdade o Fernando é um senhor. Não no sentido de autoritário feudal, mas como um indivíduo distinto.

Sou um privilegiado por ter consigo partilhado tantas tarefas e sobretudo ideias. Não brincámos de calções e só muito tarde nos aproximámos. Gostava de ouvir as suas vontades e os princípios de vida. Aprendi a respeitá-lo pela sua forma de estar e sobretudo pelo enorme ser que demonstrava. Falava do seu esqueleto com carinho nunca transmitindo o que a vida lhe impunha.

Um profissional único que nos orgulha com a sua ética. A paixão pelos moldes e a generosidade do seu ser ligou-o ao associativismo, mas a revista “O Molde” foi desde sempre a menina dos seus olhos. O empenho em tudo o que fazia, criava uma auréola que nos envolvia.

Como cidadão defendia ideais de bondade, lealdade e justiça. Era um democrata terno e solidário, tinha sempre uma palavra de conforto para quem mais necessitava.

Associava a irreverência à enorme cultura, por isso era maravilhoso ouvir a sua voz radiofónica ou ler os seus textos tão bem escritos. Inteligente, percebia quando, como e onde devia intervir, sem nunca se colocar em bicos de pés.

Transbordava de amizade e amava a família como poucos. Beneficiei do seu companheirismo e partilha, que me marcaram indelevelmente. As suas palavras faziam-me reflectir e ajudam-me a ser melhor. Compreendi o significado de fomentar o ideal de servir. Não digo tudo isto por ser este um momento doloroso, porque felizmente tive a oportunidade de lhe dizer muito do que sinto e de reafirmar que irei seguir muitos dos seus exemplos.

*Obrigado por ser meu amigo. Até sempre
Aurélio Ferreira
Fevereiro 2012”*

O **Sr. Presidente** disse que comungava destas palavras, assim como a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira**, que considerou o Sr. Fernando Pedro como uma das pessoas que é insubstituível.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que partilha das palavras que homenageiam este vulto da Marinha Grande e referiu que há um projeto de homenagem anual que deveria ter sido retomado e posto em prática. A atribuição de nome de ruas não deve seguir este critério, mas defende que a atribuição de topónimos deve ser feita por ordem cronológica e não por ordem de importância, embora aqui não seja o caso. Devem ser estabelecidos critérios, inalteráveis, e não concorda com a alteração do nome de ruas sempre que elas não tenham a denominação de números ou denominações genéricas.

19 - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015

Presente relatório de monitorização do Orçamento Participativo de 2015, com inclusão do estado de execução dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2014.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

20 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

68 - O Clube Recreativo Amieirinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização de Baile de carnaval no dia 8 de fevereiro de 2016;

A Associação Social Cultural e Desportiva Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização do Baile dos Compadres no dia 5 de fevereiro de 2016;

O Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas para realização de desfile de Carnaval das crianças no dia 5 de fevereiro de 2016.

Presentes informações nºs 2/AF, 3/AF e 4/AF de 29 de janeiro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Clube Recreativo Amieirinhense, a Associação Social Cultural e Desportiva Casal Galego e o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

69 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *"(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)."*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do
- Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro e no artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DOS SÍTIOS DE INTERNET INSTITUCIONAL E DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, APLICAÇÕES WMCITIZEN E WMPARTICIPA, RESPECTIVAMENTE” PARA O PERÍODO DE 1 ANO, RENOVÁVEL ATÉ AO LIMITE TOTAL DE 3 ANOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

70 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei

n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;

- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

A informação e requisição interna n.º 19607/2016, da DJC-Divisão Jurídica e de Comunicação, onde se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *"Manutenção dos sítios de internet institucional e do orçamento participativo, aplicações WMCitizen e WMParticipa, respetivamente"* para o período de 1 ano, renovável até ao limite total de 3 anos, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 31335 foi submetido a 01/02/2016, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa WIRE MAZE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A., NIPC 505 331 187 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016, 2017 e 2018 para contratar a prestação de serviços de *"Manutenção dos sítios de internet institucional e do orçamento participativo, aplicações WMCitizen e WMParticipa, respetivamente"* para o período de 1 ano, renovável até ao limite total de 3 anos, na classificação orgânica/económica 02/020219, na ação do PAM 2015/A/22, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 10.200 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

remuneratória, preceituada no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

A alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de “*Manutenção dos sítios de internet institucional e do orçamento participativo, aplicações WMCitizen e WMParticipa, respetivamente*” para o período de 1 ano, renovável até ao limite total de 3 anos.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 31335 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é um ajuste direto, mas como se trata de um *update* e apoio ao *software* e não há muita opção, vota favoravelmente, como sempre o tem feito.

23 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, ADESER II, IPSS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CLDS-3G MARINHA SOCIAL.

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Aurélio Ferreira comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que pertence aos órgãos sociais da ADESER II, IPSS.

O Sr. Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

Antes de a proposta ser posta a votação, a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** explicou a razão da atribuição deste espaço e esclareceu também a questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, relativamente ao espaço a ceder à ACAMG.

71 - Presente email da ADESER II, IPSS, com o registo de entrada E/9678, datado de 6 de novembro do corrente ano, a solicitar a cedência de um espaço para funcionamento do Centro de Atendimento ao Adolescente, no âmbito do Programa CLDS—3G Marinha Social;

Presente informação n.º 1722, datada de 16/12/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - na qual é feita uma breve caracterização dos objetivos que se pretendem com a implementação do referido Centro.

Considerando que:

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programa CLDS) foi criado com a finalidade de promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Com o atual contexto económico e social do país, os CLDS, passaram a designar-se como CLDS de 3.ª Geração (CLDS-3G), de modo a potenciar os territórios e a capacitação dos cidadãos e famílias neste ciclo de crescimento económico que se inicia, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

O CLDS-3G Marinha Social, iniciou as suas funções no passado dia 16 de outubro do corrente ano e tem como principais objetivos:

- A capacitação dos cidadãos marinhenses de competências pessoais, sociais, relacionais e profissionais na promoção da igualdade de oportunidades, inclusão social, reconversão profissional e reintegração no mercado de trabalho;
- A adoção de estilos de vida saudáveis e de equilíbrio biopsicossocial, através da promoção de estratégias dirigidas às famílias, crianças e jovens e demais cidadãos do concelho da Marinha Grande;
- A promoção proativa das parcerias e dos cidadãos no combate ao isolamento e à exclusão social.

No âmbito do CLDS-3G Marinha Social, uma das ações apresentadas e que foi objeto de aprovação foi a criação de um Centro de Atendimento ao Adolescente, por se tratar de uma das grandes lacunas sentidas no território da Marinha Grande, tendo em conta que se prevê que a consulta do Centro de Saúde seja extinta no início de 2016.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Durante o período de vigência deste projeto pretende-se envolver cerca de 760 jovens dos 13 aos 24 anos de idade, do concelho da Marinha Grande, na adoção de estilos de vida saudáveis e de medidas de integração social, através da criação de um centro de atendimento multiprofissional aos jovens.

Os resultados esperados são: a prevenção de comportamentos de risco, através da adoção de estilos de vida saudáveis, a criação de um atendimento individualizado, tendo como base uma perspetiva holística do jovem, e a capacitação dos jovens de conhecimentos sobre comportamentos de risco que lhes permitam tomar decisões informadas e conscientes.

Há uma parceria já devidamente formalizada da qual fazem parte a ADESER II, IPSS (CLDS-3G Marinha Social), a Câmara Municipal da Marinha Grande, o ACES Pinhal Litoral, a UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade, o CRI – Centro de Respostas integradas, o IPJ – Instituto Português da Juventude e ainda os Agrupamentos de Escolas do Concelho.

O pedido de cedência de instalações resulta da necessidade sentida por parte desta Associação em possuir um espaço que lhe permita assegurar a prestação dos mais variados serviços que terá ao dispor deste público-alvo, como sejam consultas de psicologia, serviços de enfermagem, despistes de HIV, despistes de gravidez precoce, sessões de esclarecimento sobre sexualidade, etc.

A localização das antigas instalações da CAF, junto ao Parque Municipal de Exposições é tida como uma mais-valia por parte da ADESER II, IPSS, uma vez que situando-se fora do centro urbano conferirá uma maior privacidade aos adolescentes que a este centro irão recorrer.

De acordo com o parecer técnico (em anexo), a cedência destas instalações traduz-se num benefício avaliado em cerca de 400,00€ mensais, isto é, 4.800,00€ (quatro mil e oitocentos euros) anuais.

Deste modo, considera-se que é fundamental que a ADESER II, IPSS, dê continuidade ao trabalho que já vem desenvolvendo há vários anos na área da infância e juventude, no concelho da Marinha Grande e instale condignamente o Centro de Atendimento ao Adolescente no edifício propriedade do Município da Marinha Grande abaixo identificado.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas o), u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, aprovar a cedência das instalações e a celebração do contrato de comodato com a ADESER II, IPSS, cuja minuta se anexa (Anexo 2), referente ao edifício sito junto à Rotunda do Parque Municipal de Exposições, Casal da Formiga, 2430-010, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 4475 e inscrito sob o artigo matricial urbano 16699, por um período de 36 meses, para funcionamento do Centro de Atendimento ao Adolescente, devendo a Associação assumir as despesas respeitantes

aos consumos de gás, limpeza, comunicações e outras decorrentes da utilização do espaço cedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Sport Império Marinhense – Decisão Final

72 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do artigo 6.º, do art.º 17.º e do n.º 5 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), suspender a candidatura do Sport Império Marinhense, referente a obras de beneficiação na sede do Clube.

Em 5/11/2015, o Clube regularizou a sua situação com o Município, devolvendo o montante de 5.000€ (cinco mil euros), dando assim cumprimento ao deliberado em 23/07/2015, podendo assim a candidatura ser readmitida.

O Sport Império Marinhense, por mail datado de 21 de novembro de 2015, E/10206/2015, informou o Município da desistência da candidatura ao apoio às infraestruturas, por não estarem previstas obras neste âmbito até ao final de 2015.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75 /2013 de 12 de setembro e, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera considerar sem efeito a candidatura do Sport Império Marinhense, E/8038/2014, para apoio a obras de beneficiação, por desistência do Clube.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Associação Amigos do Comboio de Lata – Decisão Final

73 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), apoiar a candidatura da Associação Amigos do Comboio de Lata, para o desenvolvimento do Plano de Atividades de 2015, no valor de 500€ (quinhentos euros).

Foi elaborado o respetivo contrato programa, que foi assinado e autenticado pelo Sr. Paulo Jorge Campos Vicente na qualidade de Vice-Presidente, no dia 19 de agosto de 2015.

A Associação Amigos do Comboio de Lata, enviou ofício à Câmara Municipal, datado de 17/12/2015, com a E/10868/2015 a informar deliberaram não assinar o contrato programa, por considerarem que não têm condições para cumprir as cláusulas do contrato.

No nº 4 da cláusula 4ª do contrato programa aprovado – «A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 06/040701; cabimento n.º 1690/2015; compromisso n.º 1548/2015».

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75 /2013 de 12 de setembro e, nos termos do nº 1 do artigo 17º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera determinar a perda automática do apoio concedido em deliberação de Câmara, datada de 23 de julho de 2015, em nome da Associação Amigos do Comboio de Lata, em virtude de não ter sido assinado o contrato – programa aprovado na referida reunião.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO RODRIGUES LOBO

74 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, com o registo n.º E/10865/2015, datado de 16 de dezembro, e email datado de 26 de janeiro. A visita será realizada por um grupo de alunos e professores de várias regiões do país, integrada no XX Colóquio Juvenil de Arte, num total previsto inicialmente de cerca de 375 alunos e 15 professores acompanhantes. A visita encontra-se agendada para 5 de fevereiro de 2016.

Considerando que:

- A alínea e), do n.º 4, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas nos museus municipais as visitas organizadas por estabelecimentos de ensino público, com a finalidade de estimular o gosto e a apetência pelas áreas históricas e artísticas do concelho, e ainda a apreensão de novos conceitos culturais e artísticos.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se comprovativo do Instituto dos Registos e Notariado no qual se verifica que Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo é um estabelecimento de ensino público inscrito segundo o CAE 85310 – Ensinos básico (3º ciclo) e secundário geral que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- Com o documento remetido em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo.

- A visita tem por objetivo o intercâmbio de alunos e professores da área das Artes no ensino secundário, de várias regiões do país, constituindo também uma oportunidade única para os participantes conhecerem a nossa região, permitindo que o Museu do Vidro divulgue as suas exposições, sobretudo as que se relacionam com o vidro artístico contemporâneo, junto de professores / alunos de várias escolas do país, constituindo uma oportunidade para despertar nestes o interesse em voltar a visitar o museu.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 4, alínea e), do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 05 de fevereiro de 2016, para um total de cerca de trezentos e setenta e cinco alunos e quinze professores.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – PVMG - PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL

75 - Presente informação interna I/57/2016, relativa a pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela PVMG - Projectos de Vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL, datado de 16 de dezembro. A visita será realizada no âmbito de um intercâmbio entre universidades séniores, e encontra-se agendada para o dia 25 de fevereiro de 2016.

Considerando que:

- De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do Código Cooperativo, as cooperativas são pessoas coletivas sem fins lucrativos;
- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *"(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários."*;
- A alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que *"nos museus municipais ficam isentos de pagamento das taxas de ingresso as visitas organizadas (...) por entidades legalmente constituídas por reformados, pensionistas e idosos."*;
- Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;
- Em anexo se encontra cópia da escritura de constituição da cooperativa e respetivos estatutos, publicada no Portal da Justiça a 24 de setembro de 2014, na qual se pode ler no artigo 4.º que a mesma tem por objeto *"promover a educação ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o bem-estar e saúde da população sénior e comunidade"*;
- Que com este documento está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da entidade PVMG – Projectos de vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL.
- A entidade tem sede no concelho.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea b) e n.º 4, alínea e) do mesmo artigo, do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a PVMG - Projectos de Vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 25 de fevereiro de 2016, para um total de cerca de cento e vinte pessoas.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/02/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

28 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia três de fevereiro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.854.143,02 €** (sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e três euros e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

76 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião